

PRÁTICA DOCENTE VIRTUALIZADA DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NA PANDEMIA

Breno de Abreu Lopes ¹
Sara Heline Rodrigues de Brito Silva ²
Lubelia Lima da Silva ³
Gilson Barbosa de Sousa ⁴

RESUMO

A pandemia do novo coronavírus trouxe desafios e transformações em diferentes esferas da organização social. Desta forma, no trabalho apresentamos alguns apontamentos e reflexões sobre a atuação do professor de Geografia do ensino médio público no contexto pandêmico do novo coronavírus em 2020. Para tanto, delimitamos nosso estudo aos professores da disciplina de Geografia que são vinculados à 6ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE 6) de Sobral – Ceará. Assim, construímos este trabalho com base em um breve resgate bibliográfico sobre a pandemia no contexto educacional e trabalhamos com questionários aplicados de maneira virtualizada com uma amostra de dez professores dessa rede de ensino. Os resultados apontam que a pandemia veio reforçar muitos problemas aos quais vem se apresentando na educação básica tais como a dificuldade de acesso à escola e que também vem exigindo do professor de Geografia a adaptação de suas formas de ensinar, de planejar, de avaliar e de manter interações com a comunidade escolar.

Palavras-chave: Professor, Geografia, COVID-19.

INTRODUÇÃO

Estamos vivenciando um momento de pandemia que vem interferindo em muitas instâncias sociais. Os desafios são múltiplos e as repercussões que o novo coronavírus vem causando ainda não são passíveis de mensuração. Por isso, estruturamos no trabalho uma exposição do como a pandemia tem interferindo na educação e nas práticas pedagógicas de professores de Geografia.

¹ Licenciado em Geografia (UVA). Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (MAG-UVA), Sobral-CE, breno.abreu@hotmail.com;

² Licenciada em Geografia (UVA). Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (MAG-UVA), Sobral-CE, saraheline@hotmail.com;

³ Licenciada em Geografia (UECE). Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (MAG-UVA), Sobral-CE, lubelialima19@gmail.com;

⁴ Licenciado em Geografia (UFPI), Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA. E-mail: gilson.s.b@hotmail.com;

A pandemia do novo coronavírus trouxe modificações como o uso exclusivo de recursos remotos e da consecução de aulas virtualizadas. Mesmo sabendo que a educação a distância e virtualizada vem sendo incrementada mesmo antes da pandemia, estamos passando por um momento a qual esses recursos e ferramentas apareceram com maior intensidade.

Dessa forma, nosso objetivo no trabalho é trazer alguns apontamentos sobre as práticas de professores de Geografia em relação as repercussões da pandemia da COVID-19. Tomamos como mote de reflexão a atuação dos professores de Geografia do Ensino Médio que atuam na rede da 6^a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE 6) em Sobral - CE, vinculada à Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC).

METODOLOGIA

A pesquisa precede embasamento teórico e metodológico. Em vista disso, classificamos este trabalho como uma pesquisa de natureza exploratória com abordagem qualitativa. Gil (2002) afirma que trabalhos dessa natureza buscam sistematizar e suscitar problematizações sobre um determinado assunto ou contexto para se obter algumas explicações sobre algo.

Além desse delineamento, nos baseamos em alguns procedimentos metodológicos. Primeiro realizamos revisão bibliográfica e depois captamos informações qualitativas através da aplicação de questionários semiestruturado com uma amostra de dez professores de Geografia da rede de ensino através da ferramenta eletrônica *Google Forms*. O questionário ficou disponível para ser respondido durante o mês de junho de 2020. Ao longo do texto fazemos usos de algumas respostas aos quais conseguimos capturar com nosso instrumento de pesquisa e quando necessário, transcrevemos as respostas capturadas na forma de citações destacadas e as identificamos de maneira genérica tal como “Respondente” I, II, III, dentre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As bases do contexto pandêmico em 2020.

As primeiras manifestações do vírus foram notificadas a Organização Mundial de Saúde (OMS) em dezembro de 2019. Em 30 de janeiro de 2020 essa situação havia se agravado pois as autoridades sanitárias chinesas notificaram para a OMS um surto de casos (ANTUNES NETO 2020). Os primeiros casos notificados no Brasil ocorreram em fevereiro. Em março de 2020 a OMS declarou estado de pandemia (uma denominação que tem conotação mundial) causada pela COVID-19 em razão dessa doença ter se disseminado por praticamente todos os pontos do globo.

O primeiro caso no Brasil foi levado a conhecimento das autoridades de saúde em fevereiro de 2020 devido às primeiras manifestações em São Paulo. A partir deste momento os números de casos confirmados, de vítimas fatais e de novos lugares acometidos foram crescendo, sinalizando a constância e espraiamento desse vírus por praticamente todos os estados do país. De fato, o novo coronavírus rompeu barreiras territoriais e limites geográficos.

No Brasil a disseminação do novo coronavírus foi se acentuado nas cidades, no campo, e nos diferentes estratos sociais. Merece registrarmos que o estado do Ceará na Região Nordeste, ao lado do Amazonas e Pará na Região Norte, São Paulo e Rio de Janeiro no Sudeste, e outros estados e regiões, lideraram em alguns momentos a escala dos estados com maiores números de infectados (SILVA e MUNIZ, 2020).

Aliado a constância da disseminação desse vírus entre os lugares, muitas outras áreas além da saúde foram acometidas pela pandemia. Talvez não consigamos conseguir citar todas as dimensões, como já frisamos, o processo ainda está em curso e dificulta muito analisá-lo na perspectiva presente e futura.

Para Pereira et al (2020) o distanciamento social é o único consenso nesse momento entre as autoridades de saúde para buscar conter a disseminação. Como esse vírus tem alto poder de transmissibilidade, foi necessário a adoção dessa estratégia para tentar mitigar a transmissão do mesmo e “achatar a curva” dos casos. Assim, por exemplo, o Brasil, o estado do Ceará e todos os seus municípios, ao verem a situação se agravar, adotaram medidas contundentes de distanciamento social. Em linhas gerais, este distanciamento diz respeito a suspensão ou diminuição das ações e atividades que são realizadas em coletividade, ou seja, aquelas que precisam de aglomeração de pessoas num determinado espaço para realização.

Desde março de 2020, gradativamente, todos os estados brasileiros vêm instituindo e renovando o distanciamento social, permitindo somente o funcionamento de “atividades essenciais”. Nas palavras de Silva e Muniz (2020), o distanciamento ou isolamento social é uma recomendação para que as pessoas fiquem em casa, visando a menor propagação da doença e impedindo o colapso das redes hospitalares. Esta prática deveria ser seguida, em tese, pelas pessoas, empresas, repartições públicas e privadas, dentre tantas outras, ficando livres para funcionarem somente atividades consideradas como “essenciais” obedecendo a protocolos de segurança sanitária.

As “atividades essenciais” no contexto pandêmico são aquelas que se relacionam diretamente com a venda de alimentos em supermercados ou pequenos comércios, atendimentos de saúde em hospitais públicos e privados e outros estabelecimentos dessa natureza, venda de medicamentos, de combustíveis, comercialização de produtos em lojas virtuais, dentre outros exemplos.

Desde então o funcionamento dos sistemas de ensino (públicos e particulares) e dos níveis de ensino (educação básica e superior) foi muito impactado. Todas as atividades escolares presenciais foram paralisadas desde março até o momento como uma via de contenção dos níveis de transmissão. Essa foi uma investida para que se “[...] evitasse a propagação do contágio, já que crianças e adolescentes, mesmo sem apresentar sintomas poderiam disseminar o vírus nas famílias impactando diretamente os mais vulneráveis [...]” (ALVES, 2020, p. 51).

Não queremos avaliar ou ajuizar sobre o distanciamento social, sobre suas potencialidades ou fragilidades. Mas dado o contexto sinalizado anteriormente, acreditamos que ser professor em tempos de pandemia tem sido um grande desafio (mais ainda) haja vista as novas estratégias de ensino utilizadas neste momento de crise. É sob essas condições que estruturamos a seção a seguir, de modo a vermos algumas considerações causadas pelo contexto pandêmico na área educacional e na atuação dos professores de geografia do Ensino Médio.

A pandemia e o contexto escolar

Lima et al. (2009) explica que o funcionamento das redes escolares deve zelar pela formação e aprendizagem dos alunos. Estes devem ser amparados por profissionais da educação com ações, estratégias pedagógicas e curriculares que deem suporte ao processo de ensino-aprendizagem. Assim, essas questões nos levam a acreditar que a educação é uma atividade que não pode ser de fato interrompida mesmo quando se vive

um momento de pandemia por um vírus de muita letalidade. Torna-se necessário pensar e instituir ações para “contornar” essa situação.

Sob essas condições o Ministério da Educação (MEC) lançou recomendações que serviram como os primeiros parâmetros para as redes de ensino e destacamos o que foi recomendado pela Portaria do MEC nº 343/2020 publicada em 18 de março de 2020, logo no início do agravamento dessa pandemia em nosso país. A mesma regulamenta a paralisação das aulas presenciais e autoriza as aulas digitais/remotas enquanto durar a situação do contexto pandêmico de 2020.

Considerando estes textos normativos da educação no Brasil e o contexto pandêmico já descritos no tópico primeiro, todas as etapas e níveis da Educação (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior) tiveram que paralisar suas atividades presenciais e começar a formular estratégias para realizarem aulas remotas. Destacamos um texto do decreto estadual do Ceará de nº 33.510 em 16 de março de 2020, que diz:

Art. 3º Ficam suspensos, no âmbito do Estado do Ceará, por 15 (quinze) dias:

I - eventos, de qualquer natureza, que exijam prévio conhecimento do Poder Público, com público superior a 100 (cem) pessoas;

II - atividades coletivas em equipamentos públicos que possibilitem a aglomeração de pessoas, tais como shows, cinema e teatro, bibliotecas e centros culturais;

III - atividades educacionais presenciais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública, obrigatoriamente a partir de 19 de março, podendo essa suspensão iniciar-se a partir de 17 de março. (CEARÁ, 2020a, p. 1)

Fica evidente que no Ceará quaisquer eventos ou atividades que demandem aglomerações se viram impossibilitadas de ocorrer presencialmente. Até o momento não houve nenhum outro decreto que promulgou a liberação de ambas atividades, mas somente outros decretos subsequentes renovando as medidas de flexibilização de algumas atividades sem “liberar” os níveis escolares.

Então, as redes de ensino do Ceará começaram a lançar suas orientações obedecendo principalmente aos decretos estaduais de nº 33.510 em 16 de março de 2020, o decreto nº 33.519 de 19 março de 2020 que intensificou as medidas para o enfrentamento contra a proliferação da COVID, o decreto de nº 33.530 de 28 de março de 2020, com diretrizes e resoluções para o enfrentamento ao coronavírus e ao mesmo tempo regulamentar as orientações educacionais.

Considerando essas prerrogativas, o Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE) lançou a resolução de nº 481 de 27 de março de 2020 na qual são apresentadas as regulamentações em relação ao momento de atividades escolares não presenciais no contexto pandêmico de 2020 e a abertura do cumprimento das atividades estudantis e pedagógicas em regime domiciliar. Assim, destacamos:

Art. 1º Dar orientações sobre o estabelecimento de regime especial de atividades escolares não presenciais para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020.

Parágrafo único – Entenda-se, nesse contexto, por atividades escolares não presenciais aquelas realizadas sem a presença de alunos e professores nas dependências escolares, no âmbito das instituições ou redes de ensino públicas e privadas da educação básica e ensino superior, pertencentes ao Sistema de Ensino do Estado do Ceará.

Art. 2º O regime especial de atividades escolares não presenciais poderá ser estabelecido, a critério das instituições ou redes de ensino públicas e privadas da educação básica e ensino superior, pertencentes ao Sistema de Ensino do Estado do Ceará a partir de 19 de março de 2020, por período definido de acordo com as orientações das autoridades estaduais (CEARÁ, 2020b, p. 3).

Esse documento postulou que as redes de ensino estaduais e municipais do Ceará deveriam adotar as aulas remotas como estratégia para dar continuidade com as atividades escolares. É um fato que essas escolas tiveram de reinventar suas atividades educacionais, que seus educadores tiveram que adotar outras formas de ensinar e aprender geografia, que mudassem suas estratégias curriculares e de avaliação em vista disso e a proporem as atividades domiciliares.

Toda a paralisação das atividades presenciais se fez em pouquíssimo tempo e sem a possibilidade de nenhum tipo de planejamento prévio. Desde março às escolas da 6ª CREDE se viram “impedidas” de funcionar presencialmente, o que fez com que fossem levadas a repensar novas metodologias para tornar o contato entre educandos e educadores possível. Logo, foram instigados, para não dizer obrigados, a adotarem novos meios para a continuidade das atividades educacionais.

Atuação de professores de Geografia da 6ª CREDE.

Essas situações vão ao encontro com o que Diniz (2020) afirmou, pois para o mesmo a COVID-19 está sendo um catalisador de mudanças radicais no processo do trabalho de comerciantes, bancários, médicos e também na esfera dos profissionais da educação. Em vista das medidas de distanciamento social, as atividades presenciais

escolares foram diretamente impactadas pois tiveram que ser paralisadas. O que é entendível para zelar a segurança e a saúde dos alunos, professores e daqueles que compõem a comunidade escolar.

Como a educação e o processo de ensino-aprendizagem são pautados na interação, no diálogo, no contato entre professor e aluno (LIBÂNEO, 2006), as redes de ensino começaram a utilizar recursos remotos para viabilizar as interações educacionais por ser a única forma que viabilizou contato. Sem dúvidas, esse é um momento em que vemos o intenso uso da internet na educação, no cotidiano dos professores e alunos, nas formas de assistir aula, de avaliar, dentre outros aspectos.

Todos esses casos trouxeram as escolas da 6ª CREDE muitas adaptações. Sem dúvidas, o limiar de uma pandemia foi capaz de obrigar todos a “aceitarem” mudanças nos modos de ensinar, de aprender, de assistir, de planejar, de avaliar. É por isso que acreditamos que uma das principais repercussões da pandemia para os professores é justamente a adaptação, a necessidade de rever e virtualizar os modos de ensinar, de estabelecer novas relações com os alunos, dessa vez, de maneira virtual, remota.

Assim, muitas plataformas virtuais, softwares de computadores, aplicativos de celulares e outras ferramentas entraram num novo estágio dentro da educação diante a pandemia do novo coronavírus em 2020. Aplicativos da Google como o Classroom, Meet, Hangouts e outros como o Zoom, plataforma Moodle, Skype, transmissão e gravação de vídeo-aulas pelo Youtube e também por redes sociais como Facebook e Instagram, até o famoso e difundido aplicativo de mensagem WhatsApp passaram a se constituir como alternativas para os professores em sua atuação profissional. Neste contexto pandêmico essas ferramentas citadas anteriormente são os principais vínculos educacionais que podem ser usados pelos alunos e professores de Geografia.

Essas ferramentas e aplicativos tão usuais em nosso cotidiano vêm possibilitando em épocas de pandemia novas relações no trato educacional, nas relações entre professores e alunos, nas metodologias utilizadas pelos educadores para que possam dar prosseguimento das atividades curriculares, nas formas de avaliação, no trabalho dos professores, enfim, no contato que a educação necessita.

O fato da utilização desses atributos na educação, no primeiro momento, é positivo, pois contornam um pouco a impossibilidade dos alunos e professores estarem presencialmente em sala de aula. No entanto, se a educação remota e a distância têm se tornado uma constante como recurso de atender emergências devido a Covid-19, do outro, a existência de professores que não dominam tais recursos e alunos de estratos

sociais distintos que não tem acesso a rede de internet sinaliza alguns dos principais problemas e desafios para esse momento.

Deste modo, acreditamos que essa situação veio escancarar muitos de problemas antigos as quais quase sempre acompanharam a educação brasileira. Assim, como disseram Oliveira e Souza (2020):

[...] em função dessa pandemia, o direito à educação tem sido abruptamente privado dos estudantes em seus mais diversos níveis de ensino, pois assim como toda a sociedade, a efeito das políticas públicas de saúde adotadas no país, estão em período de distanciamento social, evitando qualquer tipo de aglomeração, como principal medida para reduzir o contágio pelo vírus (OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 16).

Assim, acreditamos que ser professor de Geografia no contexto pandêmico requereu o manuseio de plataformas digitais que antes não eram tão usuais. Foi exigido muitas adaptações na forma como as instituições de ensino se organizam, nas metodologias de ensino utilizadas pelos professores, no repensar de novas estratégias para aprendizagem, no planejamento educacional, no tempo despendido para preparar aula, tempo para elaboração de materiais, de edição de vídeos, tempo para correção de atividades avaliativas, aumentando ainda mais a responsabilidade e os desafios impostos para os professores em sua atuação.

Assim, a primeira proposição que averiguamos foi a respeito das orientações dadas pela 6ª CREDE com relação ao contexto da pandemia. Os questionários nos revelaram que, de fato, os professores e professoras receberam orientações específicas sobre a paralisação das atividades presenciais primando pela continuidade das atividades escolares em regime domiciliar. No geral, identificamos também que as escolas foram instruídas a construir seus próprios planos de atividades domiciliares pensando nas condições que são dadas ao momento e com a realidade dos alunos. Isso pode ser percebido na fala de um dos professores de Geografia respondentes:

As primeiras orientações que foram repassadas foi quando a organização das aulas, cada escola devia se organizar de acordo com sua realidade, esse primeiro passo para organizar o horário das aulas, posteriormente foi repassado a questão da motivação tanto de professores como alunos, e preparar aulas leves e o mais dinâmicas possíveis (RESPONDENTE I).

Essa percepção nos remete também que as orientações não foram “únicas” ou mesmo “fechadas” no sentido de traçar um único caminho para enfrentamento dessa situação. Sabemos que a comunidade escolar a qual é atendida pelas escolas públicas são de diferentes estratos sociais e econômicos, o que não viabiliza a aplicabilidade de uma norma ou caminho único para este momento. Foram as escolas e os professores que ficaram responsabilizados de construir um plano de trabalho que pudesse levar em

consideração a gravidade do momento pesando na realidade de cada unidade escolar, dos alunos e disciplinas.

Então, as respostas nos apontaram muito sobre determinados aplicativos de mensagens e salas de vídeo, pois passaram a ser as principais formas para a promoção do contato entre a comunidade escolar. Como frisamos em outro momento do trabalho, essas ferramentas se mostram a princípio como positivas pois viabilizam essa interação. No entanto, isso pode enaltecer um problema em relação ao acesso dos alunos a rede de internet e aos recursos tecnológicos para mediar as atividades escolares. Para isso, discutimos com mais um dos professores respondentes:

No momento a solução foi as aulas por meio do whatsapp, Google meet, entre outras alternativas que os professores foram buscando, mas na realidade ainda existem muitos alunos que são desassistidos devido não ter acesso a tecnologia. Para estes alunos, foi entregue TDs com atividades no dia da entrega do vale alimentação (RESPONDENTE II).

Indagamos sobre quais os aplicativos e/ou programas que eram utilizados pelos professores para a realização das aulas e identificamos que os mais utilizados tem sido o Google Classroom, Google Meet, Whatsapp e YouTube. Os professores os utilizam tanto para darem suas aulas de suas próprias casas, para realizarem reuniões de planejamento de alinhamento pedagógico com o núcleo gestor. Alguns professores nos indicaram que utilizam mais de um desses programas para manter o contato com os alunos, seja para compartilhar conteúdos, acompanhar a realização das atividades, tirar dúvidas de alunos e responsáveis.

Aproveitando essa linha de indagação também averiguamos sobre a realização das atividades de planejamento e constatamos que ocorrem por reuniões online e coletivas para alinhamento por escola por áreas de conhecimento (Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Matemática e Linguagens e Códigos) através do Google Meet. O planejamento individual de cada professor de Geografia é feito de fato em regime domiciliar, fazendo do “[...] espaço doméstico [...] o ateliê onde o habitante vai transformando todos os momentos da vida privada em trabalho em ação.” (CARLOS, 2020, p. 12).

Através dessa questão também buscamos compreender um pouco do tempo despendido para realização de toda a parte operacional e pedagógica (planejamento e “execução”) das aulas remotas. Ao analisarmos os dados identificamos que cerca de 70% acreditam que estão excedendo a carga horária de trabalho estipulada em seus contratos. Essa constatação encontra respaldo no que já afirmou Alves (2020). Para

essa autora, as atividades remotas transformaram e flexibilizaram as relações de trabalho. Isso nos indica que o tempo utilizado pelos professores para planejamento e execução das aulas nesse contexto pandêmico está excedendo um pouco ao que era na ocasião de “normalidade” e também demonstra que, cada vez mais, os professores são cobrados e exigidos cada vez mais dentro de suas práticas pedagógicas.

Além do planejamento de aulas e quais os programas utilizados para se ministrar as aulas de maneira remota, buscamos compreender também como ocorre a avaliação. As respostas obtidas nos apontam a três aspectos principais. Primeiro, que as ferramentas do pacote Google (Classroom e Forms sobretudo) são os principais veículos para aplicação de provas letivas e outras atividades avaliativas. No entanto, um fato que tem se revelado como constante é a utilização do próprio número de celular pessoal do professor para receber atividades respondidas e buscar manter um controle das mesmas. Todos os professores de nossa amostra nos indicaram que disponibilizaram seus próprios números através do aplicativo Whatsapp para recebimento de avaliações, interações entre aluno e professor e entre professor e pais.

Como visto, a implementação das estratégias de aulas remotas asseguradas pelos documentos normativos que citamos anteriormente certificam essa forma (remota) de ensinar e de aprender, no entanto, não conseguem assegurar de fato o acesso, a permanência dos alunos no ambiente de aula “virtual” e tampouco a garantia aprendizagem. Muitas respostas demonstram tom de preocupação em relação a esse problema, pois ainda há alunos que não são assistidos no momento das aulas por não terem acesso a tais recursos.

Assim, no que se refere a percepção dos professores e professoras com relação às orientações, vemos que os entrevistados acreditam que as orientações não correspondem de todo com à realidade social dos alunos, embora saibamos que essa maneira foi a única possível nesse momento para garantir o prosseguimento do ano letivo, nesse caso destacamos a seguinte narrativa de um dos entrevistados:

Em partes. Sabemos que é uma constante na escola pública é a vulnerabilidade social e econômica de alguns alunos. De início, as orientações para as aulas remotas foi uma tentativa de não prejudicar mais ainda o calendário letivo. Se, de um lado, trouxe esse aspecto positivo, do outro, "excluiu" alguns alunos que não tem acesso a internet ou aparelhos de celular ou computador (RESPONDENTE III).

Também questionamos a respeito da habilidade dos professores em utilizar tais recursos tecnológicos para que os docentes de Geografia pudessem ministrar as aulas virtuais e nos deparamos com um percentual de 60% de professores que acreditam que

essas orientações dadas pela 6ª CREDE não consideraram os diferentes níveis dos professores para operacionalizar esses recursos. Confirmando isso, utilizamos mais uma das narrativas capturadas:

Talvez não, mas quem estaria ou está preparado pra (sic) viver uma pandemia, todos nós fomos pegos de surpresa, inclusive eles e mais uma vez a orientação que foi repassada na minha escola é tentar não prejudicar nenhum discente (RESPONDENTE IV).

Então, vemos que não houve como “preparar” ou construir estratégias mais específicas para os professores nesse momento. Embora hoje essa rede de ensino considerada já esteja apostando em formações também online para instrumentalizar os professores com essas ferramentas digitais.

Esses pontos nos fizeram investigar sobre as principais dificuldades vivenciadas pelo professor de Geografia no momento em que estão ministrando as aulas remotas e as respostas foram plurais. Em vista disso, organizamos no quadro a seguir algumas dessas respostas obtidas com esse questionamento que nos revelam uma diversificação de pontos importantes:

Quadro 01 – Dificuldades vivenciadas pelos professores de Geografia ministrando aulas remotas.

| | |
|-------------------------|--|
| RESPONDENTE I | A parte prática; |
| RESPONDENTE II | Os equipamentos e a conexão; |
| RESPONDENTE III | Pois por exemplo as aulas de geografia física precisam de contato, de exemplo de aulas de campo e as aulas de humana precisamos de contato de discussão; |
| RESPONDENTE IV | A falta de interesse de alguns alunos para continuar estudando mesmo a distância e a falta do contato da sala de aula; |
| RESPONDENTE V | A falta de habilidade dos estudantes em compreender com as novas tecnologias; |
| RESPONDENTE VI | A maior dificuldade, nesse caso de um modo geral, é atingir a todos, pois a vezes percebemos um número muito reduzido de alunos nas webaulas; |
| RESPONDENTE VII | Acredito que seja o diálogo, o debate, a discussão que é tão fundamental no processo de ensino-aprendizagem porque mesmo existindo de forma remota não acontece da mesma forma que presencialmente; |
| RESPONDENTE VIII | Habilidade do aluno com a tecnologia; |
| RESPONDENTE IX | Acredito que são vários os desafios. Desafios que vão desde problemas de ordem técnica como a qualidade da internet, dos aparelhos que usamos para isso (câmera, microfone, edições de vídeos). E também desafios de ordem pedagógica. É extremamente complicado chamar a atenção dos alunos no momento das aulas, o desinteresse dos alunos, a falta de apoio das famílias, a avaliação, enfim. As vezes a sensação é que não estamos conseguindo promover o processo de ensino-aprendizagem; |

| | |
|----------------------|--|
| RESPONDENTE X | Acho que a falta de habilidade com recursos tecnológicos, mas que aos poucos vamos aprendendo. |
|----------------------|--|

Fonte: Pesquisa direta, 2020.

Os problemas de ordem técnica talvez sejam aqueles ligados aos meios utilizados nesse contexto pandêmico. E concernente aos problemas técnicos, identificamos que a dificuldade com acesso a rede de internet, dos equipamentos que falham, problema do acesso que é um dos entraves mais recorrentes tanto de professores como de alunos para ver vídeos, responder questionários, filmar ou editar vídeos, dentre outros aspectos. Da mesma forma que também há a presença de muitos problemas de ordem pedagógica vivenciadas pelos professores. Um desses primeiros problemas seria a dificuldade “transmitir” o conhecimento diante a redução do tempo de aula, diante da dificuldade de os alunos acompanharem o ritmo da aula, da falta de apoio de alguns familiares, da desatenção que é constante nas aulas remotas.

Ainda por cima, é importante que destaquemos algumas particularidades e desafios em relação a atuação do próprio professor de Geografia. Um dos respondentes aponta ao fato da impossibilidade em relação às aulas de “geografia física” a realizarem trabalhos e aulas de campo, do mesmo modo que também nos foi apontado sobre os problemas para as discussões nos momentos de aulas atreladas a conteúdos de “geografia humana”. E isso é estritamente impossibilitado nesse momento em vista do isolamento social explicado anteriormente e da debilidade aos quais as aulas remotas infelizmente vem apresentando.

Aproveitando essa perspectiva, decidimos averiguar quais os conteúdos geográficos específicos que eram “repassados” com mais ou menos dificuldades. E, desta forma, seis dos professores respondentes sinalizam a Cartografia como um dos conteúdos mais “difíceis” de ser explicados. Questões e temas relacionados a Geologia e ao relevo também foram apontados como mais “complicados” para se trabalhar através de aulas remotas em vista de precisar de estratégias práticas como trabalho de campo. De acordo com nossos questionários, os conteúdos mais “fáceis” de se trabalhar neste momento são, por exemplo, assuntos relacionados ao Meio Ambiente, Ecologia, Consumo Consciente por precisarem de leituras e debates sobre o tema.

Desta forma, vemos que os conteúdos geográficos mais “fáceis”, ou menos complicados de se trabalhar nesse contexto pandêmico, são aqueles mais ligados a aspectos que podem ser trabalhados de maneira mais “teórica”, se é que podemos dizer

assim. E os mais difíceis para se ensinar e aprender nesse momento são ligados, salvo as proporções e os casos específicos, principalmente a Geografia Física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos relatos dos professores de Geografia podemos concluir que há pontos em comum nas percepções de alguns docentes para a realização do trabalho pedagógico no contexto pandêmico da COVID-19. Esses pontos são, por exemplo, as orientações disponibilizadas pelos órgãos competentes que não tiveram condições de serem “pensadas” previamente, pela necessidade da rede de ensino e das escolas para elaboração de propostas e planos de trabalho próprios considerando a realidade dos alunos, da reestruturação de metodologias utilizadas e nas formas de avaliação nesse novo momento aos quais as escolas devem considerar as particularidades de sua comunidade escolar para atender o direito de aprendizagem.

Acreditamos que o contexto pandêmico de 2020 veio reforçar muitos problemas históricos e sociais que vem acompanhando a educação brasileira. Desde a equidade ao acesso, aos recursos que não são de todos viáveis, a superlotação da carga horária do professor, a realidade de desinteresse de alguns estudantes. Da mesma forma que ainda persistem alguns problemas relacionados a assimilação de conteúdo específicos da Geografia como Cartografia e formas de relevo, por exemplo. Precisamos considerar que a interação do aluno com o professor em sala de aula ainda compreende como a maneira ideal para construirmos o processo de ensino-aprendizagem.

Enfim, as aulas remotas nas aulas de Geografia estão longe de serem a forma ideal para que possamos construir reflexões e conhecimento com essa ciência que analisa o que está no espaço. No entanto, é a forma mais “viável” nesse momento. Por fim, além de ser um registro, este trabalho poderá ser utilizado como um instrumento de reflexão que poderá suscitar novos debates, novas problematizações, outras perspectivas frente ao contexto educacional e a educação geográfica em tempos pandêmicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Glória da Anunciação. O Dia em que a Terra parou. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, *et. al.* **COVID-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLHC/USP, 2020, p. 50-56.

ANTUNES NETO, Joaquim M. F. Sobre ensino, aprendizagem e a sociedade da tecnologia: por que se refletir em tempo de pandemia? **Revista Prospectos**, vol. 2, n.1, p. 28-38, ago/fev, 2020.

BRASIL, Diário Oficial da União. Portaria nº 343 de 17 de março de 2020 (DOU nº 53, 18 de março de 2020, seção 1, p. 39). Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em jun. 2020.

CARDOSO, Phillipe Valente et al. A importância da análise espacial para tomada de decisão: um olhar sobre a pandemia de COVID-19. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19, p. 125-137, maio de 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “revolução” no cotidiano invadido pela pandemia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, *et. al.* **COVID-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLHC/USP, 2020, p. 10-17.

CEARÁ, Diário Oficial do Estado. Decreto nº 33.510 de 16 de março de 2020a. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/DECRETO-N%C2%BA33.510-de-16-de-mar%C3%A7o-de-2020.pdf>. Acesso em jun.2020.

CEARÁ, Conselho Estadual de Educação do Ceará. Resolução CEE nº 481 de 27 de março de 2020b, disponível em: <http://consed.org.br/media/download/5e8747a4dc9c6.pdf>. Acesso em jun. de 2020.

DINIZ, Nelson. Reestruturação do trabalho docente e desigualdades educacionais em tempos de crise sanitária, econômica e civilizatória. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19, p. 138-144, maio de 2020.

FARIAS, Heitor Soares de. O avanço da Covid-19 e o isolamento social como estratégia para redução da vulnerabilidade. **Espaço e Economia** [Online], ano 9, n. 17, p. 1-11. 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/11357>. Acesso em jun. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Cláudia R.; CABRAL, Vera Lúcia M.; GASPARINO, Elisandra. Políticas Públicas Educacionais Brasileiras: o Ensino Médio no Contexto da LDB, PNE e PDE. Anais do IX Encontro Nacional de Educação – EDUCERE, Paraná, PUC. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3052_1914.pdf. Acesso em jun. de 2020.

OLIVEIRA, Hudson do Vale de; SOUZA, Francirene Sales de. Do conteúdo programático ao sistema de avaliação: reflexões educacionais em tempos de pandemia (COVID-19). **Revista Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, vol. 2, n. 5, p. 15-24, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro Cortez. **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 4 ed., São Paulo, Cortez, 2006, p. 53-79.

SILVA, José Borzacchiello da; MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. Pandemia do Coronavírus no Brasil: Impactos no Território Cearense. **Revista Espaço e Economia** [Online], nº17, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/10501>. Acesso em jun. de 2020.